

27 de Janeiro 2020  
Segunda-feira  
Semanário - Ano 5  
Nº 193  
Director-Geral  
Evaristo Mulaza



OPINIÕES DIVERGEM ENTRE ACADÉMICOS E EMPRESÁRIOS

# Defesa da ‘angolanidade’ dos activos de Isabel dos Santos em dúvida

**ANÁLISE.** Isabel dos Santos já decidiu colocar no mercado pelo menos as participações que detém no Eurobic e na Efacec. E, em Portugal, a imprensa avança que será “inevitável” a venda da sua posição na operadora de telecomunicações NOS. Enquanto isso, o VALOR levanta o debate em Angola sobre o risco da perda da ‘angolanidade’ dos activos controlados pela empresária em terras lusas, uma vez que, entre os potenciais interessados, não despontam angolanos. As opiniões não são consensuais. **Págs. 4 e 5**



efacec



EuroBic  
Crescemos juntos



galp energia

REACÇÃO DOS MEDIADORES PORTUGUESES

## Angolanos não podem exercer em Portugal

A Associação Portuguesa de Mediação Profissional de Seguros afirmou que a reciprocidade prevista na lei de ambos os países é “insuficiente” para os angolanos operarem no sector em Portugal. A reacção, ao VALOR, surge em reposta aos mediadores angolanos que se queixam da falta de reciprocidade. **Pág. 8**

# Sonangol entra na Unitel com procedimento anulado pelo Tribunal de Luanda

**TELECOMUNICAÇÕES.** A Sonangol oficializou a aquisição dos 25% que a brasileira Oi detém na Unitel, através da compra da PT Ventures. A petrolífera recorreu, entretanto, a um procedimento que já havia sido anulado pelo Tribunal de Luanda, depois de a própria Sonangol ter-se queixado da violação do Acordo Parassocial pela PT, quando a empresa portuguesa passou a sua participação à brasileira Oi. **Pág. 9**

# Editorial

## A SONANGOL ESQUECEU-SE DO ACORDO?



A preocupação não é nova, ganha cada vez mais força e faz cada dia mais sentido. O novo poder traçou, com selo de prioridade, a neutralização da influência e do poder económico de alguns 'pesos pesados' transformados em 'personas non gratas'. Ocorre que o ataque é efectivado com precipitação e notáveis contradições que colocam o país na mira de potenciais processos na justiça, com custos incalculáveis nos bolsos dos contribuintes, num qualquer futuro.

O mais recente exemplo veio da Sonangol. A petrolífera pública contestou, há quatro anos, a entrada da Oi no capital da Unitel, por via da aquisição da portuguesa PT. Nos argumentos que sustentaram a interposta providência cautelar, a estatal e os dois outros accionistas angolanos (Geni e Vidatel) evocaram a violação da

Lei das Sociedade Comerciais e o Acordo Parassocial pelo parceiro português. Em termos precisos, os três angolanos reclamaram, junto do Tribunal de Luanda, que a compra da PT pela brasileira Oi não deveria ter incluído os 25% da empresa portuguesa na Unitel. Porque isso só deveria ter ocorrido se cada um dos angolanos prescindisse deliberadamente de adquirir a parcela a que tinha direito no pedaço da PT. São regras expressas no Acordo Parassocial da Unitel e que são de cumprimento obrigatório. Precisamente por isso o Tribunal de Luanda não teve de pensar duas vezes para dar razão aos angolanos. E, em Agosto do ano passado, decidiu sentenciar a favor da Sonangol, Vidatel e Geni, pondo em causa a decisão do Tribunal Arbitral de Paris que, através de uma acção movida pela PT, obrigou os angolanos a desembolsarem 600 milhões de euros para a Oi.

Ora, recorrendo ao mesmo

esquema que condenou no passado, a Sonangol torna agora público que adquiriu a participação dos 25% da Oi na Unitel, por via da aquisição da PT. Repita-se: a mesma PT que a petrolífera processou em 2015 por ter vendido a sua parcela na operadora angolana directamente aos brasileiros.

As contas são simples. Se a Sonangol hoje é usada para rubricar acordos que contestou no passado por violação da Lei, amanhã pode ser obrigada a repor direitos alheios por reposição da Lei. Como está claro, neste quesito, o respeito ou a violação da Lei funciona ao sabor do contexto político. Numa situação futura em que a justiça funcione com certa razoabilidade, a Sonangol terá de explicar se se tinha esquecido do Acordo Parassocial quando decidiu pôr a mão directamente nos 25% da Oi. Mesmo que, nessa altura, os 50% da Sonangol na Unitel já estiverem em nome dos novos suspeitos de costume.



### FICHA TÉCNICA

**Director-Geral:** Evaristo Mulaza  
**Directora-Geral Adjunta:** Geralda Embaló

**Editor Executivo:** César Silveira  
**Redacção:** Antunes Zongo, Isabel Dinis, Júlio Gomes, Raimundo Ngunza e Suely de Melo  
**Fotografia:** Mário Mujetes (Editor) e Santos Samuessa  
**Secretária de redacção:** Rosa Ngola

**Paginação:** Edvandro Malungo, Francisco de Oliveira e João Vumbi

**Revisores:** Edno Pimentel, Evaristo Mulaza e Geralda Embaló  
**Colaboradores:** Cândido Mendes e Mário Paiva  
**Propriedade e Distribuição:** GEM Angola Global Media, Lda  
**Tiragem:** 00 N° de Registo do MCS: 765/B/15

**GEM ANGOLA GLOBAL MEDIA, LDA Administração:**  
Geralda Embaló e Evaristo Mulaza  
**Assistente da Administração:** Geovana Fernandes  
**Departamento Administrativo:** Jessy Ferrão e

Nelson Manuel  
**Departamento Comercial:** Geovana Fernandes  
**Tel.:** +244941784790-(1)-(2)  
**N° de Contribuinte:** 5401180721  
**N° de registo estatístico:** 92/82 de 18/10/82  
**Endereço:** Rua Fernão Mendes Pinto, n° 35, Alvalade, Luanda/Angola, Telefones: +244 222 320510; 222 320511 Fax: 222 320514  
**E-mail:** administracao@gem.co.ao; comercial@gem.co.ao

# A semana

## 3 PERGUNTAS A...



**José Monteiro,**  
empresário agrícola

**O senhor já defendeu Isabel dos Santos como das poucas empresárias profissionais do país. Ainda acredita nisso?**

Não sou cobarde. Estamos muito mal em termos de mentalidade. Tudo isso resulta do chamado síndrome pós-traumático decorrente da guerra. Tem de haver moral e princípios. Não nos devemos rir de quem cai em desgraça. O nosso azar é Isabel dos Santos ter passado por Portugal. Que passasse por Espanha. Abre-se a televisão e as redes sociais só falam da empresária, quando antes de cair em desgraça era venerada. Portanto, Portugal não é um bom exemplo para nós e espero que depois não haja ricochete.

**Acha que as autoridades agem correctamente?**

O Presidente da República está com três problemas principais: a corrupção, a inflação e o desemprego por causa da falência de empresas. Porém, o mais difícil vai ser pôr a economia sobre rodas. Eu sou franco: não temos pessoas para pegar nesse país.

**Porque é preciso dinheiro...**

Dinheiro há! Não sei se já 'evaporou', mas, através do Prodesi, o Governo tinha disponibilizado cerca de 500 milhões de dólares para a agricultura. O problema é que os angolanos não são capazes. Aliás, para estarmos bem, só se tivéssemos 50 Agrolíder.

TERÇA - FEIRA

A ministra das Finanças, Vera Daves de Sousa, apresenta, em Davos, o Programa de Privatizações (Propriv) de 195 empresas do Estado a investidores internacionais, na Suíça, durante a 50.ª edição do Fórum Económico Mundial.

QUARTA - FEIRA

O director executivo do DUBank Angola, Sérgio Hirose, anuncia a criação do primeiro banco digital angolano. O investimento inicial está avaliado em 12 milhões de dólares e a inauguração do projecto está prevista para o primeiro trimestre deste ano.

QUINTA - FEIRA

O secretário de Estado do Comércio, Amadeu Nunes, pede aos responsáveis dos grandes estabelecimentos comerciais de Malanje, a investirem mais nos produtos nacionais, por forma a dar um maior contributo para o desenvolvimento do país.



SEXTA - FEIRA

O Ministério dos Recursos Minerais e Petróleos e trabalhadores da Halliburton Overseas Limited – Sucursal Angola põem fim aos conflitos laborais que se registam desde Dezembro no sector de prestação de serviços à Indústria de Petróleo e Gás.



SÁBADO

O secretário de Estado das Finanças e Tesouro, Osvaldo João, anuncia que vai trabalhar para prevenir que o modelo de financiamento das autarquias locais funcione como nova fonte de risco fiscal.



DOMINGO

A ministra das Finanças, Vera Daves de Sousa, chega a Zurique, para participar na 50.ª Reunião Anual do Fórum Económico Mundial, sob o lema 'Accionistas para um mundo coeso e sustentável'.



## COTAÇÃO



### MANTÉM-SE TENDÊNCIA DE QUEDA NO PETRÓLEO

Os contratos futuros do petróleo fecharam em baixa no início da semana pela quinta sessão consecutiva, pressionados por receios de queda na procura como consequência do novo coronavírus que afecta a China. O contrato do WTI para Março caiu 1,94% para 53,14 dólares o barril, o nível mais baixo desde 16 de Outubro de 2019, enquanto o contrato do Brent recuou 2,26%, fixando o preço do barril 59,32 dólares.



### BOLSAS CHINEAS ENCERRADA

Os gigantescos mercados financeiros da China podem permanecer fechados até 3 de Fevereiro, depois da última sessão realizada a 23 de Janeiro. As autoridades decidiram prorrogar a pausa do Ano Novo Lunar em três dias, enquanto tentam dominar a crise do coronavírus. A situação faz recordar 2003, ano em que as autoridades estenderam a suspensão das negociações por quatro sessões no feriado do Dia do Trabalho, durante o surto da Síndrome Respiratória Aguda Grave.

# Economia/Política



ANALISTAS VERIFICAM POSSÍVEIS OPÇÕES EM CIMA DA MESA

## Como manter a ‘angolanidade’ dos activos de Isabel dos Santos em Portugal

Especialistas acreditam que dificilmente entidades angolanas vão concorrer para a aquisição dos activos que a empresária colocou à disposição para a venda de forma imediata.

Por César Silveira

Uma das consequências da saída de Isabel dos Santos da estrutura accionista de empresas portuguesas é a redução da presença angolana em investimentos em Portugal, visto que não se vislumbram o interesse

de angolanos na aquisição dos activos que a empresária colocou à disposição na sequência do escândalo ‘Luanda Leaks’.

Para já, Isabel dos Santos anunciou a venda, com efeito imediato, dos 42,2% que detém no Eurobic, assim como os 67,2% na Efacec, mas acredita-se que esteja para breve o anúncio da venda da participação que detém na NOS e em mais empresas.

Entre as entidades que já terão manifestado o interesse em adquirir

estas participações não se registam nomes de angolanos. E as várias fontes contactadas pelo VALOR consideram quase impossível que estes activos se mantenham em mãos angolanas. Entre os vários cenários, coloca-se o de o Estado angolano fazer recurso a um hipotético direito de preferência e adquirir as participações. “Se, efectivamente, se revelar que estes activos foram adquiridos com fundos públicos e forem mesmo vendidos, o Estado Angolano, em articulação com o

Estado Português, deve garantir que lhe seja dado o direito de preferência”, argumentou uma renomada economista angolana que, entretanto, não quis ser identificada.

A académica alinha-se a demais observadores que consideram que dificilmente investidores angolanos venham a concorrer para a aquisição dos activos que são de Isabel dos Santos, visto que a manifestação do interesse pode revelar-se motivo bastante para que a origem deste dinheiro também passe a ser

40

MILHÕES DE EUROS, montante que a Ende deveria ter aplicado na Efacec, ao contrário dos 16 milhões investidos.

ALVES DA ROCHA, ECONOMISTA

## “Estou muito mais preocupado com a crítica situação financeira e social”

O economista Alves da Rocha diz-se mais preocupado com a “crítica situação financeira e social do país”, afastando-se de todo o alarido à volta do ‘Luanda Leaks’ que expôs supostas irregularidades de Isabel dos Santos. “Neste momento, estou muitíssimo mais preocupado com a caótica situação social do país do que com este processo que tem dado enorme alarido aqui e, sobretudo, em Portugal. Portugal agora arranjou um entretenimento com a engenheira Isabel dos Santos, estou neste momento afastado disso”, adiantou, acrescentando “não ser fácil prever o que vai acontecer” em relação ao Luanda Leaks.

“Neste momento, o que se conhece é um processo contra Isabel dos Santos e mais contra ninguém, do conhecimento público. Portanto, é ver até aonde é que isso vai dar e quanto tempo vai demorar”, sublinhou, manifestando acreditar que o “processo vai seguir os seus trâmites, vai ser incriminado quem tiver de ser, portugueses e angolanos”.

Alves da Rocha acredita que estes processos contribuíram para que Angola melhorasse no ranking da transparência internacional no índice da corrupção, mas apela para a necessidade de se combater a corrupção de A a Z.

“Angola melhorou no ranking na transparência internacional no índice da corrupção, o que era expectável com estas atitudes e processos, mas também devo dizer que o combate à corrupção tem um alfabeto que é de A a Z. Se é para combater, que seja de A a Z e não escolherem-se alguns preferenciais por razões variadas e, como já tenho dito algumas vezes, algumas destas razões podem ser de natureza pessoal, o que realmente não é bom para a transparência e independência do processo”, argumentou para depois sublinhar que “não é fácil de prever” o desfecho da venda dos activos de Isabel dos Santos.

195

Milhões de euros, investimento de Isabel dos Santos na Efacec em 2015

100

Milhões de euros, estimativa do valor de mercado das acções de Isabel dos Santos no EuroBic.

forma directa porque todas as fortunas estão a ser e devem ser postas em causa. Não se conhecem fortunas legais que dêem confiança a quem se candidatar”, argumenta.

No entanto, é quase consensual, entre as pessoas ouvidas pelo VALOR, que existem activos que seria desejável continuarem em mãos de angolanos pelo seu valor de mercado. “Depende se as empresas são ou não rentáveis. Uma empresa, por exemplo, como a Galp interessa que existam interesses angolanos”, defendeu a citada economista.

Quem se manifesta contra a necessidade de angolanos investirem nos activos disponíveis no estrangeiro é o empresário Victor Alves, pois entende haver muito por ser feito em Angola. “Devíamos ter vergonha de investir no estrangeiro porque temos uma Angola 99% por se fazer, para trabalhar. Angola é mais rica que Portugal, por isso não faz sentido angolanos investirem no estrangeiro”, argumenta. Por sua vez, o também empresário João Macedo é de opinião “não ser preocupante” e que “faz pouca dife-

rença” se estes activos ficam ou não em mãos de angolanos.

### QUEM VAI À FRENTE

Por ora, as informações dão conta que investidores chineses, espanhóis e portugueses se colocam na linha da frente dos interessados na aquisição do Eurobic, havendo mesmo a possibilidade de a marca Eurobic vir a ser substituída.

Há, entretanto, um cenário que salvaria, em parte, a angolanidade do Eurobic. A compra da participação de Isabel dos Santos pelos outros accionistas. O luso angolano Fernando Teles é o segundo principal accionista da instituição, com 37,5% do capital.

Constam ainda da estrutura Luís Cortez, da Soclima, Manuel Pinheiro Fernandes, presidente da cadeia de supermercados Martal, e Sebastião Lavrador, ex-governador do Banco Nacional de Angola e visto como um dos homens mais ricos do país.

Entretanto, informações vindas do mercado português dão conta que só se do mercado não surgir um accionista “de referência, credível e que traga valor à instituição financeira” é que os restantes accionistas reforçariam as respectivas posições. Os cálculos não oficiais estimam em cerca de 100 milhões de euros o valor dos 42,5% de Isabel dos Santos.

O EuroBic chegou ao final do terceiro trimestre com capitais próprios de 557 milhões de euros, um valor que, tendo em conta os resultados positivos que se antecipam para os últimos três meses do ano passado, poderão aumentar para em torno dos 600 milhões de euros.

Em relação à Efacec, as informações do mercado português dão conta do interesse de entidades portuguesas. No entanto, além da empresária, está na estrutura accionista a empresa pública Ende, mas cuja participação (16%) o Governo orientou a sua venda em 2018. A Efacec Industrial foi, oficialmente, adquirida em Maio de 2015 pela Winterfell, de Isabel dos Santos, por 195 milhões de euros. Em Agosto do mesmo ano, um decreto presidencial autorizava a Ende a comprar 40% da Winterfell. Na altura, questionou-se a transferência do negócio. A empresária sempre negou que tenha adquirido a empresa com fundos da Ende, visto que esta deveria pagar 40 milhões pelos 40%, inicialmente acordados, mas como apenas pagou 16 milhões por isso ficou apenas com 16%.

TRANSCOOP  
Transportes Rodoviários

AGILIDADE, CONFORTO, SEGURANÇA E EXCLUSIVIDADE



SERVIÇO  
PERSONALIZADO COM  
CONFORTO E  
SEGURANÇA

O TAXÍMETRO SÓ SERÁ LIGADO  
NO LOCAL DA CHAMADA



Rua 21 de Janeiro, Bairro Rocha Pinto, Luanda

Call center

(+244) 947 992 829

(+244) 993 091 599

Trabalhamos com multicaixa



escrutinado. “Interessados angolanos vai ser um pouco difícil, porque as pessoas que manifestarem interesse passam a revelar-se como suspeitas de terem obtido fundos de forma pouco honesta. Vai ser difícil que se candidatem pelo menos de

# Economia/política

OITO EMPRESAS JÁ CONCORREM PARA O PORTO DE LUANDA

## “Privatização de todos os terminais”

**PORTOS.** O economista Domingos Fortes defende que alienação permitiria maior encaixe de receitas para alavancar a economia. Ex-gestor do terminal de carga geral, observa que, no Porto de Luanda, “o tráfego reduziu demasiado”, mas afasta qualquer hipótese de “falência” já que “os portos podem sobreviver de serviços fora do seu ‘core business’”.

Por Júlio Gomes

### MEMORIZE

- **Administração do Porto de Luanda** aponta “que Angola é de interesse estratégico para o sector em África”, pelo facto de ter uma costa de 1.600 quilómetros no oceano Atlântico, que liga com o Brasil, EUA e a Europa.

O economista Domingos Fortes considera “indispensável” a privatização dos terminais portuários do país para serem “melhor operacionalizados”, com vista a arrecadação de divisas para financiar a economia.

Observando que, “de uma maneira geral, os terminais no Porto de Luanda estão a operar abaixo da sua capacidade, devido ao volume do tráfego de contentores que baixou demasiado”, Domingos Fortes avisa que, de qualquer forma, o terminal multiusos, levado a concurso a entidades nacionais e internacionais, “teria de continuar a ser operado por uma entidade com ‘know how’ suficiente por forma a assegurar a transferência do risco comercial e tecnológico do Estado para o privado, sobretudo pelo facto de o país estar a passar por uma crise sem precedentes

em que pontua a necessidade de grandes investimentos em tecnologia”.

Mestre em shipping e antigo gestor do terminal de carga geral, indica que quem ficar com a gestão do ‘multiusos’ terá de investir, “em primeiro plano, na superestrutura, isto é, no equipamento necessário para operar os navios, como gruas de cais, e de parque entre outros equipamentos de terra para assistir operacionalmente o porto no processo da carga e descarga de navios”.

Sem avançar números, Fortes diz que “o custo do equipamento é muito elevado”. Mas o investidor “deverá também adquirir um sistema informático de apoio à produção”.



**Especialista** afirma que terminais do Porto de Luanda operam abaixo da capacidade.

Domingos Fortes reforça que a privatização é o caminho apropriado “sobretudo quando se faz uma opção para o porto senhorio”, ou seja, “neste modelo de gestão dos portos, o concessio-

nário arrenda uma parcela do recinto portuário para exercer a sua actividade de exploração comercial, isto é, a função logística, compreendendo carga e descarga dos navios, através da

celebração de um contrato de concessão com a concedente, que é o Porto de Luanda”. O economista explica ainda que, “pelo arrendamento desse espaço, o concessionário pagará uma renda mensal variável e outra fixa a concedente”.

**EMPRESAS JÁ ALINHADAS**  
Pelo menos oito empresas (de Angola, China, Dubai, Nigéria, França, Holanda, Suíça e Filipinas) já estão alinhadas para o concurso público internacional de concessão, gestão e exploração do terminal multiusos do Porto de Luanda, mas a entrega das propostas termina a 30 de Março.

Animada pela adesão dos potenciais investidores, a administração do Porto aponta “que Angola é de interesse estratégico para o sector em África”, pelo facto de ter uma costa de 1.600 quilómetros no oceano Atlântico, que liga com o Brasil, EUA e a Europa. Os executivos da maior unidade portuária do país referem que perseguem “a promoção do desenvolvimento e a melhoria da eficiência da actividade portuária, através do envolvimento de operadores com experiência comprovada no sector”.

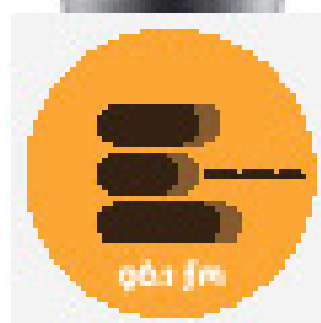
Entre os requisitos, as empresas interessadas no negócio devem “obrigatoriamente” ter capital próprio realizado não inferior ao equivalente a 25 milhões de dólares, um volume de negócios médio anual, dos últimos três exercícios fiscais, não inferior ao equivalente a 100 milhões de dólares e um activo líquido não inferior ao equivalente a 100 milhões de dólares.

No caso de associação de empresas, os requisitos referidos deverão corresponder aos respectivos indicadores ponderados pela respectiva participação de cada empresa na associação.

Além disso, as empresas concorrentes deverão ter, directamente, ou através de subsidiárias, uma participação não inferior a 25% em pelo menos três operações de concessão de terminais portuários, nos últimos três anos, sendo que em pelo menos uma dessas operações tenham uma participação não inferior a 50%, com uma quantidade média anual de movimentação, durante os últimos três anos, não inferior a 250.000 toneladas.

# BOUNCE ESSENCE NOS DIOS DE HOJER

96.1 fm



96.1 fm

# Mercados & Negócios

EM RESPOSTA À QUEIXA DA ASSOCIAÇÃO DE MEDIADORES DE ANGOLA

## APROSE considera reciprocidade insuficiente para angolanos

**SEGUROS.** Alto quadro da Arseg admite que a entidade desconhece angolanos que exercem mediação em Portugal, por trabalharem a título individual. Duvida que Lisboa esteja a rejeitar angolanos por “mero capricho” e, contrário à associação de mediação lusa, insiste que a reciprocidade é para ser cumprida.

Por Antunes Zongo

# A

Associação Portuguesa da Mediação Profissional de Seguros (Aprose) considera que a reciprocidade prevista na legislação

angolana e portuguesa, no âmbito da mediação de seguros, é insuficiente para que os angolanos possam exercer mediação em solo português.

A instituição portuguesa reage assim às acusações, ao VALOR, do PCA da Associação dos Mediadores e Correctores de Angola (AMSA), segundo as quais Lisboa está a violar o princípio de reciprocidade em matéria de mediação de seguros.

Paulo Corvaceira Gomes, director executivo da Aprose, explicou que, do ponto de vista legal, apenas exercem a actividade de mediação de seguros em Portugal, os “players do sector oriundos de um Estado-Membro da União Europeia (UE)”, face ao princípio

### MEMORIZE

- Na edição 191 do VALOR, Celestino Pelé, PCA da AMSA, disse existir “muitos mediadores portugueses a operar em Angola, no âmbito da reciprocidade”, ao mesmo tempo que denunciou a “rejeição tácita” aos operadores angolanos por parte do regulador português, através de alegadas faltas de vagas e espaço.

da livre circulação de pessoas, de bens e serviços, bem como de capitais financeiros rubricados entre os países do velho continente ocidental.

Segundo acrescenta, além dos países da UE, o ‘Regime Jurídico da Distribuição de Seguros’ estende a permissão de actuação no mercado português a operadores cujos países tenham celebrado um acordo sobre a matéria com a União Europeia, e que a parceria tenha sido ratificada por Portugal. Nesses casos, a Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF), entidade reguladora do sector em Portugal, precisa apenas de uma comunicação da sua congénere do país de que o pretendente é oriundo.



Paulo Corvaceira Gomes, director executivo da Aprose

“Não obstante o estabelecido de reciprocidade na legislação sobre a matéria, há a necessidade de se observar as demais condições específicas previstas no diploma”, explica, acrescentando que, face a isso, os associados da Aprose têm entrado no mercado angolano através da aquisição de empresas autóctones ou estabelecimento de parcerias com empresas locais, sendo “infrequentes”, observa, as “constituições de novas empresas de direito local”.

Em Portugal, a Aprose controla cerca de 6.560 mediadores não nacionais, mas considera-se incapaz de indicar em concreto,

quantos serão angolanos. A entidade declara nunca ter recebido queixa de mediadores angolanos que indique haver rejeição por parte da ASF e apela aos interessados no mercado luso a “inscreverem-se no registo” oficial da Autoridade de Supervisão, à semelhança do que “é exigido aos nacionais”.

Na edição 191 do VALOR, Celestino Pelé, PCA da AMSA, disse existir “muitos mediadores portugueses a operar em Angola, no âmbito da reciprocidade”, ao mesmo tempo que denunciou a “rejeição tácita” aos operadores angolanos por parte do regula-

dor português, através de alegadas faltas de vagas e espaço.

Em face disso, Celestino Pelé sugere a criação de um censo que visa apurar a quantidade de mediadores angolanos em Portugal, para se acautelar a importância o exercício da reciprocidade.

### POSIÇÃO DA ARSEG

Um alto quadro da Agência Nacional de Regulação de Seguros (Arseg) admite que a entidade desconhece o número de angolanos que exercem mediação em Portugal. E justifica-se com o facto de os mediadores se deslocarem àquele solo a título individual. O responsável duvida que Lisboa esteja a rejeitar operadores angolanos por “mero capricho” e, ao contrário do que diz a Aprose, defende que a reciprocidade é para ser cumprida, embora sem descurar a observância de requisitos residenciais e outros.

Na perspectiva da fonte da Arseg, “alguns angolanos poderão estar a ser recusados em Portugal por não reunirem os requisitos necessários”, e assemelha o facto com o que tem ocorrido em Angola com os portugueses que também “não reúnem os requisitos”.

Ao que o VALOR apurou, nos dois últimos anos, a Arseg rejeitou mais de cinco pedidos de portugueses que pretendiam operar no sector de mediação de seguros. A recusa resultou do facto de os pretendentes lusos não terem formação específica sobre a matéria, além de não possuírem histórico em áreas técnicas do sector, sendo que boa parte trabalhou em áreas administrativas e recursos humanos de diferentes seguradoras e na agência de supervisão.



O COMITÉ DE POLÍTICA Monetária do BNA reuniu na segunda 27, para analisar o comportamento recente dos principais indicadores económicos e decidir sobre as taxa directoras. E decidiu manter a taxa de juro em 15,5%, ao contrário das previsões de várias entidades financeiras mundiais.

DIFICULDADES DE INSCRIÇÃO NA CENTRALIDADE DO ZANGO 5

## Imogestin não consegue detectar falhas



Os técnicos da Imogestin ainda não conseguiram diagnosticar as anomalias nem as razões dos erros informáticos registados no site da instituição no dia (27), altura em que estava previsto o início da inscrição de acesso às vivendas e apartamentos da centralidade do Zango 5, soube o VALOR de fonte da instituição.

Até ao final do mesmo dia, a entidade gestora de parte das centralidades do país, tencionava realizar uma conferência de imprensa, visando esclarecer o tipo e as razões dos erros, mas a falta de diagnósticos precisos sobre a matéria levou a direcção a manter o encontro com a imprensa sem data marcada.

Apesar das falhas que vão ocorrendo durante as inscrições, a quem esteja a conseguir registar sua candidatura. A Imogestin, entretanto, incentiva a que as pretendentes continuem tentando. “O site continua aberto, sendo que, por isso, as pessoas podem e devem continuar a depositar as candidaturas. Se houver erro, não se desmoralize, experimente de novo”, insiste a fonte ao apelo.

As inscrições de acesso ao novo ‘fogo habitacional’ estendem-se até o dia 5 de Fevereiro. Depois de aceite a candidatura, a lista merece uma análise, sendo que de seguida passará por um processo de sorteio.

Para primeira fase, estão disponíveis 2.390 habitações, das quais 320 vivendas T3 isoladas, 452 vivendas geminadas e mil e 618 apartamentos, distribuídos em três modalidades, designadamente, arrendamento urbano, propriedade resolúvel e pronto pagamento.

A modalidade de arrendamento urbano reserva mil e 939 residências, sendo 134 vivendas T3 isoladas, 302 vivendas geminadas e mil e 503 apartamentos. Para propriedade resolúvel estão disponíveis 411 casas (146 vivendas T3 isoladas, 150 vivendas geminadas e 115 apartamentos). E na modalidade de pronto pagamento estão apenas disponíveis 40 vivendas isoladas.



DE 25% PARA 50%

## Sonangol reforça-se na Unitel com procedimento anulado pela justiça

**TELEFONIA.** Tribunal deu razão, em 2019, aos accionistas que se manifestaram contra a entrada indirecta da Oi na Unitel, o mesmo procedimento agora seguido pela petrolífera que passa a ter 50% da companhia móvel contra os anteriores 25%

Por César Silveira

# A

Sonangol reforçou a sua posição na Unitel por via da aquisição da PT Ventures, seguindo o mesmo procedimento que permitiu a companhia brasileira entrar na estrutura accionista da telefonia e que foi, entretanto, anulado, no ano passado, pelo Supremo Administrativo Angolano (Câmara do Cível, Administrativo Tribunal Supremo, Fiscal e Aduaneiro, 1.ª Secção).

O reforço da posição da Sonangol na estrutura accionista da Unitel há muito que se adivinhava. Aguardava-se pela oficialização e, sobretudo, pelo mecanismo que seria utilizado, considerando o acordo parassocial entre os accionistas. Na semana passada oficializou-se o negócio, que custou perto de 1000 milhões de dólares aos cofres da Sonangol.

Em comunicado a petrolífera explicou que “procedeu a compra integral da PT Ventures SGPS S.A.

(“PT Ventures”), uma empresa até então detida indirectamente pela Brasileira Oi”, acrescentando que “A PT Ventures é uma sociedade de direito português, sendo titular de participações sociais em duas empresas de direito angolano, nomeadamente a Multitel – Serviços de Telecomunicações Lda. (40%) (“Multitel”) e a Unitel S.A. (25%)”.

“A Sonangol, que já é detentora indirecta de 25% da Unitel, passa agora a consolidar 50% do capital social da empresa, o que lhe confere, nos termos do acordo parassocial existente, o poder para nomear a maioria do Conselho de Administração e permitirá que um potencial desinvestimento, tal como previsto no programa de privatizações, seja efectuado em condições mais atractivas”.

No entanto, a mesma Sonangol (Mercury) e os outros dois accionistas ( Geni e Vidatel ) viram o Tribunal de Luanda a decidir favoravelmente a uma providência cautelar que interpuseram contra a transmissão indirecta da participação da PT na Unitel para a Oi.

A Oi tornou-se accionista da Unitel na sequência de um negócio com a PT Ventures concretizado

em 2013. Como resultado do referido negócio, os activos da PT ventures (acionista fundador da Unitel) foram incorporados na empresa brasileira. No entanto, os restantes accionistas da Unitel consideraram que a passagem indirecta da participação da PT para a Oi feriu o acordo parassocial, estabelecido em 15 de dezembro de 2000. No ano passado, a justiça angolana deu razão aos três accionistas, considerando que “os activos alienados a um terceiro, estranho ao elenco accionista inicial revela uma possibilidade eminente de violação do acordo parassocial e do direito de preferência dos requerentes”.

No comunicado, a Sonangol considera “um investimento bastante atractivo”, porquanto “a PT Ventures, além do seu valor de mercado (“equity value”), tem direito ao recebimento de aproximadamente 1.100 milhões de dólares de dividendos declarados pela Unitel e já vencidos e, bem assim, de um conjunto de direitos indemnizatórios decorrentes da decisão final proferida por um Tribunal Arbitral contra os demais accionistas da Unitel no valor aproximado de 350 milhões de dólares”.

# Entrevista

AMARO FRANCISCO, DIRECTOR NACIONAL DE ESTRUTURAÇÃO E DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO

## “O turismo depende muito do elemento diferenciador”

Apresenta o aviturismo como uma das ‘alavancas’ para impulsionar o turismo. Sendo que o país tem 15 espécies endémicas, Amaro Francisco espera que este sector que movimenta cerca de três milhões de pessoas por dia chegue a Angola que “precisa apenas de criar condições na recepção e fronteira”. Sobre os pólos de desenvolvimento turístico, aponta que a ‘estagnação’ tem que ver com a falta de planeamento.

Por Júlio Gomes

Q

**ue balanço pode apresentar sobre o sector?**

Podemos realçar que, no âmbito do planeamento turístico que deve ser feito, orientamos as direcções provinciais, através dos senhores governadores, sobre a necessidade de elaboração de planos directores municipais e provinciais. Também orientámos sobre a necessidade de haver uma actualização do cadastro dos recursos turísticos, uma vez que o Ministério do Turismo tem uma base do inventário dos recursos pelo país e nós distribuímos essa base por cada província e solicitamos que estas façam a respectiva actualização por ser um trabalho que essencialmente deve envolver órgãos locais.

**Por exemplo...**

Refiro-me ao Instituto Geodésico e Cadastro de Angola (IGCA) e ao Instituto do Ordenamento do Território (Inoto), que são órgãos especializados em matéria de recolha e levantamento de dados. Por outro lado, também devemos destacar que, no ano passado, assinámos um memorando de entendimento com a empresa espanhola PLV na componente do projecto ‘Apostar no aviturismo’, uma vez que é inegável que o país detém vários recursos a nível dos rios, das quedas de água, das paisagens, da fauna, da flora, da cultura, mas, neste momento, a nossa atenção deve estar focada numa oferta diferenciada. Identifi-

camos como um grande elemento de diferenciação aquilo que a natureza nos oferece.

**Ou seja, o aviturismo?**

Sim, porque temos 15 espécies de aves endémicas que só existem em Angola e devemos focar-nos neste pormenor, para incentivarmos a prática do ecoturismo e relançarmos a procura turística nacional e internacional. Outro elemento a que também devemos dar destaque tem que ver com o Prodefatur - Programa de Desenvolvimento e Fomento de Aldeias Turísticas Rurais, aprovado no ano passado pelo Ministério, em função da sua componente social, sendo que há de ter um impacto grande ao nível das comunidades.

**Como?**

Angola possui, em termos de população, uma maioria camponesa e tem uma componente cultural e histórica forte e diversificada. Então, o Ministério entendeu potenciar essa componente da nossa popula-

*Em vez de nos preocuparmos em falar no horizonte, devemos criar melhor oferta. Porque não vamos criar hospitais para turistas, ou água para turistas.*

ção e fazer um estudo e programas que possam identificar que aldeias podem agregar uma oferta turística no meio rural.

**Há exemplos bem sucedidos?**

Há! Na Namíbia, há oferta turística virada ao meio rural, onde os turistas pernoitam num tipo de alojamento típico, em que convivem

com as comunidades e exercitam o seu dia-a-dia. Por isso é que entendemos que o programa pode vir resgatar elementos da cultura das comunidades, uma vez que incorpora actividades como agricultura, agropecuária, o artesanato e faz com que as comunidades possam ir à rebusca de elementos como a dança e história adormecidas.

**O Estado deve só traçar políticas?**

Identificamos um parceiro, a Adra, uma ONG especializada na relação com as comunidades. Queremos que os programas, tanto o Prodefatur como o Aviturismo, tenham uma componente de participação muito forte. E não será o Ministério a identificar as aldeias turísticas, mas sim as próprias aldeias. Neste momento, o Ministério identificou duas localidades piloto, no caso, Dombe Grande (Benguela) e Cadá (Kwanza-Sul), mas cada uma delas é composta por muitas aldeias e não serão todas a fazer parte do programa. Iremos, junto da comunidade, apresentar os ele-

mentos de elegibilidade para fazerem parte do programa.

**E os pólos de desenvolvimento turístico ficaram só no papel?**

Acompanhamos os três pólos de desenvolvimento turístico definidos, ou seja, do Cabo Ledo, Calandula e da Bacia de Okavango. Temos a responsabilidade de acompanhar o exercício dos gestores dessas áreas. O ano passado foram aprovados os planos directores dos polós de Cabo Ledo e de Okavango.

**Mas não há avanços...**

Interessa referir que os pólos foram em parte vítimas do contexto que o país vive. Por outro lado, há uma ferramenta que não se usou muito em tempos anteriores. Foi ignorada. Ou seja, não se teve em conta o planeamento. Qualquer espaço territorial, para se desenvolver de forma harmoniosa e equilibrada, deve beneficiar do planeamento, e, no caso do nosso sector, do planeamento turístico. Como disse, os planos directores dos dois pólos só no ano passado foram aprovados, embora tenham sido criados há muito tempo. Os planos directores depois resultam em diplomas legais que dão suporte ao órgão de gestão do espaço para apresentar a potenciais investidores. Portanto, essa é uma variante que impediu um maior exercício prático dos pólos, sem descurar a componente financeira.

**Há mais segurança nestes polós em relação às áreas (des)minadas?**

Em qualquer área de intervenção de um país como o nosso, que viveu um longo período de guerra, é sempre bom para o investidor que nós tenhamos certificação de área desminada em relação às áreas de intervenção. Em relação aos três pólos há certificação parcial das



Mário Mujetes © VE

“ Em qualquer área de intervenção de um país como o nosso, que viveu um longo período de guerra, é sempre bom para o investidor que nós tenhamos certificação de área desminada em relação às áreas de intervenção. ”

superfícies já desminadas, mas o processo continua. Temos de completar a certificação.

#### Os investidores também recuam por falta de infra-estruturas, como energia e água...

A perspectiva imediata é mesmo da infra-estruturação dessas áreas. Há uma orientação do Titular do Poder Executivo que abrange também os parques do Iona e da Quiçama. Tanto é que existe uma comissão criada que contempla vários departamentos ministeriais que deve responder por esse trabalho.

#### Os preços também impactam no desenvolvimento do sector?

Nós, enquanto turistas e utilizadores dos serviços, reclamamos muito do valor que é usado nos nossos empreendimentos turísticos.

#### São elevados, não?

Sim! Mas muitas vezes esquecemos que há uma série de factores que contribuem para isso, desde a falta de produção interna, e ausência de infra-estruturas básicas.

Qualquer empreendimento turístico, desde que receba um cliente ou hóspede, deve ter fornecimento de água, energia eléctrica e comunicações 24 horas ao dia. Se não temos uma oferta pública desses serviços, o operador obriga-se a encontrar fontes alternativas para que isso aconteça. Contrariamente a alguns países onde a energia e a água são fornecidas ininterruptamente e não recorrem a fontes alternativas, em Angola qualquer empreendimento deve ter pelo menos dois reservatórios de água, porque não há garantias do fornecimento do serviço público. O mesmo acontece com a energia, ou seja, dois grupos geradores para que, enquanto um estiver em manutenção, outro esteja a funcionar. Logo, esta carência que temos reflecte-se também na atracção do investidor.

#### Que soluções?

Há preocupação por parte do Executivo em colmatar-se essa lacuna. Assim, a nível de Calandula, a energia já chegou ao município e pretende-se que, até Março, atinja a área de intervenção do pólo de Calandula. Quanto a Cabo Ledo e a Bacia de Okavango, o ano passado, a comissão multisectorial de infra-estruturação fez um levantamento para apresentar as formas de ultrapassar a carência.

#### Pode dizer-se que há mais condi-



Mário Mujetes © VE

#### PERFIL

Natural do Cazenga, em Luanda, num ano que não revela, é arquitecto formado pela faculdade de Engenharia da Universidade Agostinho Neto. Quadro do Mintur já passou pela chefia de várias direcções em que pontifica o gabinete de gestão do Pólo da Bacia de Okavango, entre 2011 a 2013. Foi director geral do Instituto de Fomento Turístico (Infotur) de 2009 a 2011. É membro fundador da Ordem dos Arquitectos de Angola e membro da CIALP – Conselho Internacional de Arquitectos de Língua Portuguesa.

#### ções de afugentar do que atrair turistas e potenciais investidores?

Não, porque o aviturismo é uma componente do turismo que, nessa matéria, é muito menos exigente do que o turismo convencional. Os utilizadores do aviturismo são pessoas preparadas para encontrar condições razoáveis de alojamento, recepção e alimentação. Logo, um bom parque de campismo pode facilmente albergar essa procura.

#### Mas não requer investimento?

Não requer muito dinheiro. Tanto é assim que o Ministério também já orientou aos governos provinciais para que identifiquem áreas específicas para a implantação de parques de campismo. A esse nível aconselhamos que cada município tenha uma área que permita que, através da parceria público-privada, possamos instalar os parques.

A oferta turística passa muito pelo elemento diferenciador. Temos muitas quedas bonitas e a que mais se destaca é Calandula mas, ao lado, temos as de Victoria Falls, no Zimbábue. Até conseguirmos atrair o fluxo de turistas para o nosso país,

teremos de fazer um grande exercício. Temos uma costa muito extensa de praias bonitas, mas, nos outros países, há outras já melhor trabalhadas e com mercado próprio. Porém, os 15 pássaros endémicos só os temos em Angola.

#### Está confiante?

O mundo do aviturismo movimenta milhões de pessoas. Todos os dias, três milhões de pessoas competem à busca de um pássaro endémico novo. Quer dizer que esta procura, daqui a mais algum tempo, pode começar a caminhar para Angola que tem estas 15 espécies endémicas. Então é necessário que o país crie condições a nível da recepção, melhorando a componente fronteira. Estou a referir-me essencialmente ao homem que trata de receber as pessoas.

#### É preciso formação?

Exactamente! Vamos recebendo informações que há países em que o polícia e o homem de fronteira é um elemento que até oferece um guia ao turista. São sinais desses que precisamos melhorar. Ainda

há dias, recebemos das redes sociais uma fotografia de um agente abraçado com dois estrangeiros. Isso já é uma imagem que indicia que vai surgindo alguma sensibilidade de outros actores na perspectiva de aumentarmos o número de pessoas que nos visitam. Aliás, o turismo é uma actividade transversal. Não será só através do Mintur que as coisas vão acontecer. Por isso, no estatuto orgânico do Ministério temos uma comissão que incorpora vários departamentos ministeriais que interferem na melhoria da oferta turística e o conselho nacional do turismo que engloba entes públicos e privados.

#### Falamos do turismo há décadas, mas o peso do sector na economia é residual. Quer comentar?

O turismo é uma actividade de paz. A nível da imagem do nosso país, há pessoas que estão lá fora que pensam que ainda estamos em guerra. Por isso é que há um exercício grande coordenado pelo Ministério da Comunicação Social que visa a melhoria da imagem de Angola no estrangeiro. Por outro

lado, temos consciência de que tanto o Aviturismo como o Profatur são projectos que hão-de contribuir para a melhoria da qualidade de vida da população por serem inclusivos e participativos. Por isso apostamos nesses dois elementos porque darão emprego, uma consciência ambientalista e de conservação grande e as comunidades receptoras hão-de ver os seus valores naturais aproveitados.

#### Em 2019, Luanda acolheu o Fórum Mundial do Turismo em que se garantiram investimentos de mil milhões de dólares. Já há algum sinal concreto?

O único sinal que temos de concreto foi a visita em Dezembro de uma delegação de investidores dos Emirados Árabes Unidos que manifestaram participar na gestão de algumas unidades hoteleiras.

#### Como dinamizar o turismo interno?

A intenção de estendermos os parques de campismo pelo país vai nessa direcção. Temos a noção de que o salário médio não permite poupança em função do valor dos empreendimentos. Então nós, enquanto entidade pública, devemos caminhar no sentido de proporcionar aos angolanos condições para um movimento turístico permanente e consequente.

É certo que directamente não vamos interferir na componente salário, mas podemos contribuir para uma oferta de serviços mais acessíveis.

#### A supressão de vistos trouxe maior fluxo de turistas?

Há necessidade de se trabalhar na procura e na oferta turística. Isso também passa pela imagem do país. Mais uma vez, em vez de nos preocuparmos em falar no horizonte, devemos criar melhor oferta. Porque não vamos criar hospitais para turistas, ou água para turistas. Haverá necessidade de o país melhorar a sua infra-estrutura e produzir porque as importações de quase tudo não vão melhorar a concorrência. Estamos a acompanhar a situação do país, o importante é termos fé.

#### A actual conjuntura é, em si, um entrave, não?

É preocupante. Sabemos que o turismo pode ajudar na arrecadação de receitas, mas isso encontra barreiras por causa da actual conjuntura. Estamos a trabalhar para ultrapassar essas condicionantes.

# (In)formalizando

NO LUBANGO, HUÍLA

## Comerciantes queixam-se ao governador da falta de energia

**V**endedores do 'Mutundo', tido como o maior mercado informal da zona sul, queixam-se da falta de energia da rede pública, água corrente, bem como dos "excessos" da fiscalização, além da "insistência" da concorrência em operar no exterior do mercado.

As reclamações foram apresentadas ao governador Luís Nunes, durante a visita de constatação que efectuou ao local na semana passada.

Os comerciantes, que apelam ao governador para que determine o fim da venda a escassos metros do mercado, justificam a posição face à dificuldade de acesso aos clientes, dado que boa parte opta por comprar o produto no exterior, além da diferença no paga-



mento das taxas para a venda. Os operadores que actuam no exterior do mercado pagam uma taxa diária de 100 kwanzas, e os comerciantes do interior pagam 1.600 kwanzas por

mês. Contas feitas, por mês, os vendedores de fora do mercado pagam 87% acima do valor pago pelos comerciantes internos. Mas, para os que defendem o fim da concorrência externa, o facto de "pagar por mês acaba por ser penoso, face à escassez de clientes", cenário que, segundo os mesmos, "inviabiliza a poupança".

Além da falta de energia e água, a actuação dos fiscais é um dos problemas que os comerciantes esperam ver alterado "com urgência".

Os responsáveis pela organização diária do mercado são acusados de agressão, bem como de, nalgumas vezes, darem destino incerto às mercadorias que apreendem por falta de pagamento da taxa.

Presente no local, o administrador do Lubango, Armando Vieira, prometeu dar "respostas nos próximos dias", às preocupações.

Em relação aos alegados excessos dos fiscais, o governante defendeu que esses profissionais têm feito apenas o seu trabalho, e que os "comerciantes é que não gostam da pressão". Entretanto, garante averiguar as denúncias.

O mercado do Mutundo existe há 10 anos e arrecada cerca de oito milhões de kwanzas mês. Está localizado a norte da cidade do Lubango, ocupando uma área de 84 hectares. Tem a capacidade de acolher um total de 6.845 comerciantes.

**Encontre  
a actualidade  
do País e do  
Mundo no site**

[www.novagazeta.co.ao](http://www.novagazeta.co.ao)



REGISTO DE 2018

**Estudo estima subida em 5,6% da taxa de empreendedorismo**

A taxa da actividade empreendedora registou, em 2018, uma subida de 5,6% em relação ao ano 2016, e 19,3 % quando comparada a 2014, de acordo com um estudo sobre o sector, realizado no âmbito da GEM Angola, um projecto apadrinhado pelo BFA, Universidade Católica de Angola e pela Sociedade Portuguesa de Inovação.

O estudo indica que, em cada 100 angolanos adultos, 40 são empreendedores, sendo que 77,9% actuam na actividade virada ao consumidor (retalhista, bares, educação, saúde, restauração e lazer).

A pesquisa dá conta de que o sector da transformação (construção, manufactura, transporte, entre outros) representa 15,5%, já o orientado ao cliente organizacional (finanças, seguros, imobiliário, entre outras negociais) reclama 5%, enquanto o sector extractivo (agricultura, civicultura, pescas e extração de matérias brutas) representa apenas 0,5%.

Para o alcance da presente conclusão, os organizadores consultaram 2.023 pessoas, com idades compreendidas entre 18 e 64 anos. Visando melhorar o sector, os especialistas do projecto recomendam ao Governo a melhorar o quadro legislativo e regulamentar, prestar “maior apoio financeiro”, melhorar as infra-estruturas e serviços.

EM MALANJE

**MOSAP II apoia agricultura familiar com Az 156 milhões**

O Projecto de Agricultura Familiar e Comercialização, conhecido como Mosap, disponibilizou 156 milhões de kwanzas para pequenos camponeses em Malanje.

O montante, que começou a ser empregue desde Outubro do ano passado, visa proporcionar o aumento da produção na campanha agrícola 2019/2020.

À imprensa, o coordenador do Mosap II, em Malanje, explicou, hoje, que a primeira tranche serviu para a mecanização de 1.080 hectares em cinco dos 13 municípios da província, sendo que já foram, até Dezembro, executados 80% da área prevista.

Entre outras, Paulo Sozinho fez saber que, na primeira época da presente campanha agrícola, foram apoiadas mil famílias camponesas, que acabaram por beneficiar de 275 toneladas de fertilizantes, 30 de adubo simples, 46 de feijão, 108

de batata-rena, além de enxadas, catanas e outros instrumentos agrícolas. De acordo com o responsável local do projecto, mais mil famílias serão contempladas no âmbito da segunda fase, prevista para Abril e Maio.

Face à dimensão do investimento realizado, Paulo Sozinho antevê uma colheita global 189 toneladas de milho, 328 de feijão e 60 de batata-rena.

Destaca a contratação, nos últimos meses, de 21 novos técnicos agrícolas, entre médios e superiores, totalizando assim 105, distribuídos em 11 municípios e 25 comunas.

Implementado desde 2016, o projecto Mosap II abrange os municípios de Malanje, Cacuso, Kiwaba Nzoji, Mucari, Calandula, Cunda-dia-Base, Cambundi-Catembo, Cahombo, Massango, Quela e Cangandala.

O Mosap controla 612 escolas de campo na província, onde estão inseridas 24 mil famílias. Além de Malanje, o Mosap II está implantado nas províncias do Huambo e Bié.



**Todas as segundas-feiras Angola tem mais...**

**Assinaturas:**  
 assinaturas@gem.co.ao  
 comercial@gem.co.ao



**GEM ANGOLA GLOBAL MEDIA, LDA**  
 Contactos comerciais: 941 784 791 - 941 784 792  
 Rua Fernão Mendes Pinto, nº 35, Alvalade, Luanda - Angola

## DE JURE

DIPLOMA AINDA VAI SER DISCUTIDO NA ESPECIALIDADE

# Aprovada proposta de Lei da Requisição Civil

**LEGISLAÇÃO.** Estado apenas deverá recorrer à aplicabilidade do diploma mediante justa indemnização, para assegurar o regular funcionamento de serviços ou a disponibilidade de bens essenciais ao interesse público.

Por Edno Pimentel

O Parlamento aprovou, durante a 4.ª reunião plenária ordinária, em Luanda, na generalidade, a Proposta de Lei da Requisição Civil, instrumento que possibilita ao Estado fazer recurso a bens e serviços de entes públicos e privados. O documento, de três capítulos e 18 artigos da iniciativa legislativa do Presidente da República, foi aprovado com 112 votos a favor, nenhum contra e 54 abstenções da oposição.

O diploma visa concretizar as medidas constantes no Plano Nacional de Desenvolvimento

2018/2022, sobretudo nos Programas de Melhoria da Capacidade Nacional de Prevenção e Socorro das Populações de Risco e Protecção Ambiental.

A respectiva proposta de lei, de acordo com o relatório de fundamentação, visa estabelecer os princípios, as regras e procedimentos que regulam o mecanismo de recurso e execução da requisi-

## MEMORIZE

- O diploma visa concretizar as medidas constantes no Plano Nacional de Desenvolvimento 2018/2022, sobretudo nos Programas de Melhoria da Capacidade Nacional de Prevenção e Socorro das Populações de Risco e Protecção Ambiental.



Mário Mujetes © VE

ção civil por parte do Estado, estipulando que o Estado só recorre à aplicabilidade desse diploma, mediante justa indemnização, para assegurar o regular funcionamento de serviços ou a disponibilidade de bens essenciais ao interesse público e aos sectores vitais da economia nacional, em situações de excepção.

A proposta sustenta que a requisição civil apenas deve ser admissível para assegurar a prestação de serviços mínimos, e não a continuidade normal do serviço, na medida do estritamente necessário para a manutenção dos serviços mínimos, sob pena de se sobrepor ao exercício dos direitos que a mesma restringe.

“Entende-se pois que, mesmo quando constitucionalmente autorizada, a restrição só é legítima se for para salvaguarda de um outro direito fundamental ou de outro interesse constitucionalmente protegido”, fundamenta o documento.

Nesse contexto, acrescenta, a medida restritiva estabelecida por lei sujeita-se ao princípio da proibição do excesso ou princípio da proporcionalidade em sentido amplo, com as suas três dimensões: necessidade, adequação e proporcionalidade em sentido estrito e salvaguardar os interesses protegidos que a Constituição designa por necessidades sociais impreteríveis.

Nos próximos dias, o diploma passa a ser debatido nas comissões especializadas da Assembleia Nacional.

## NO COMBATE À CORRUPÇÃO

# CJCA quer tribunais constitucionais africanos “atentos”

O presidente do Tribunal Constitucional do Zimbábue, Luke Malaba, defende que os tribunais constitucionais de África devem estar sob alerta aos processos de combate à corrupção em curso no continente, para justificarem a sua existência.

Em declarações à imprensa, à margem da visita que uma delegação

de participantes à Conferência de Jurisdições Constitucionais Africanas (CJCA) efectuou ao parlamento angolano, o membro do Bureau Executivo do CJCA, o juiz Luke Malaba recordou que essa organização, criada pela União Africana, existe para estabelecer a promoção constitucional, tornar o constitucionalismo uma cultura, de modo a desenvolver e garantir a protecção dos direitos dos seus povos, sobretudo os marginalizados.

Essa medida, segundo o magistrado, vai ajudar que os povos vulneráveis possam, também, gozar da protecção conforme a Constituição e promover um melhor ambiente social, político e económico.

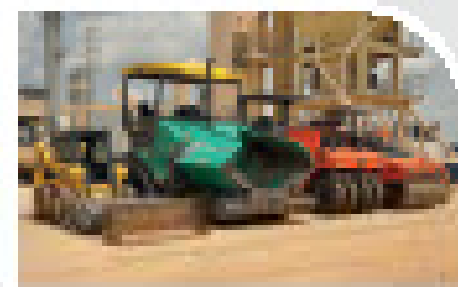
Angola, através do presidente do Tribunal Constitucional, Manuel Aragão, preside à Conferência de Jurisdições Constitucionais Africanas (CJCA) desde Junho de 2019. A mesma é integrada por 46 dos 55 Tribunais Constitucionais de África.



# Do sonho à obra feita, um só parceiro à altura



**Do betão às máquinas, estamos  
sempre prontos para pôr mãos à obra**



Estrada das Termas Verdes, Km 1 Casp Velha Funda - Cascaes - Lisboa  
Escritório (+351) 928981644  
comercial@conceratungola.coao | www.conceratungola.coao

# Gestão

## 2019, o ano dos eléctricos



2019 registou um aumento de vendas em relação a 2018 de 92% o dobro do ano anterior.

**AUTOMÓVEL.** Enquanto, em Angola, faltam infra-estruturas eléctricas, quebras frequentes de energia e omnipresença da cultura do 'ouro negro' que tornam um 'boom' de mercado de veículos eléctricos mais distante, já se estima que, dentro de 20 anos, a maioria dos veículos de todo o mundo será eléctrico. 2019 foi o melhor ano de vendas e os eléctricos parecem ser o futuro a avaliar pelo investimento das grandes produtoras tradicionais como a Ford ou a Volkswagen. VALOR deixa aqui alguns números que atestam que o futuro é eléctrico.



Mais de 50 modelos eléctricos disponíveis em todo o mundo. Os cinco maiores produtores são: Tesla, BMW, Nissan, Chevrolet, Ford.



Enquanto um dos maiores desafios foi baixar o custo de produção de veículos, 2019 já registou preços de venda ao público que variaram entre os 34 mil USD do Kia e-Soul e os 104 mil USD do Porsche Taycan.



A Volkswagen vai investir 30 mil milhões de USD na produção de veículos eléctricos até 2023. O objectivo é que até 2030 as vendas globais sejam em 40% eléctricos, enquanto a BMW promete lançar 25 novos modelos eléctricos de 2023 a 2025 num investimento de quase 60 mil milhões de USD.



À medida que a legislação pró ambiental vai criando incentivos às energias limpas e penalizando as poluentes, o investimento dos gigantes da produção automóvel mundial vai se voltando para os veículos eléctricos num investimento que se estima estar em torno dos 225 mil milhões de USD.



Em países como Alemanha, Reino Unido, Noruega e Japão as vendas de veículos eléctricos chegaram a 40%, na China chegaram a 73% das vendas mas nos EUA só cerca de 15% das vendas automóveis foram eléctricos.



A China equaciona legislação que obrigue a que 60% das vendas automóveis até 2035 sejam de veículos eléctricos. Actualmente 45% dos veículos eléctricos a nível mundial circula na China, 24% na Europa e 22% nos EUA.



A Tesla é a líder de vendas incontestável com 367,500 veículos vendidos em todo o mundo, um aumento de 50% do registo de 2018. O modelo 3 foi o mais vendido. Em 2018 a Tesla já havia gerado receitas de 17,6 mil milhões de USD.



# Taça Cheia



**96.1 fm**

Rádio Essencial

Todos os  
sábados,  
às 22:00,  
com  
**Sebastião  
Vemba**

# Opiniões

## Luanda Leaks e a pista sobre assalto informático na Sonangol



**César Silveira,**  
Editor Executivo  
Valor Económico

**R**ui Pinto confirma a suspeita inicialmente lançada por Sindika Dokolo. O hacker português assume ter sido o responsável pelo desvio dos mais de 700 mil documentos que dão lugar ao Luanda Leaks e que têm Isabel dos Santos no centro das atenções.

A confirmação do hacker provoca uma discussão entre o estatuto que se lhe deve atribuir: denunciante ou criminoso. A interrogação, que tem na eurodeputada Ana Gomes o rosto principal, faz sentido visto que Rui Pinto está a ser julgado em Portugal por 90 crimes de acesso ilegítimo, acesso indevido, violação de correspondência, sabotagem informática e tentativa de

extorsão na sequência do Football Leaks. Mas, no caso do Luanda Leaks, as autoridades portuguesas dão sinais de aprovar o acesso indevido de Rui Pinto aos arquivos de Isabel dos Santos.

Independentemente dos argumentos que se possam apresentar para colocar o hacker em uma ou outra condição, a verdade é que, ao reivindicar o vazamento dos documentos do Luanda Leaks, Rui Pinto se coloca como principal suspeito do assalto informático à Sonangol em meados de 2019. Segundo cálculos, este assalto terá ocorrido pouco depois do assalto aos dados de Isabel dos Santos. Pura coincidência? Pode até ser, mas de difícil aceitação.

Portanto, a possível participação de Rui Pinto no assalto informático e consequente queima de ficheiros na Sonangol deve constar, agora, das principais preocupações das autoridades angolanas. Tanto pelos conteúdos e documentos confidenciais que terão como para descobrir quem terá colaborado com Rui Pinto para que, ao invés de denunciar, queimasse os ficheiros.



## Qual o valor do Canal de Ética para as organizações?



**Susana Lencastre,**  
Senior Manager  
EY, Forensic &  
Integrity Services

**A**ctualmente, observam-se elevadas perdas nas organizações, associadas a lacunas na forma como a integridade é promovida. Para além dos elevados custos financeiros, o “Europe, Middle East, India and Africa Survey da EY” verificou que as preocupações das organizações relativamente a comportamentos antiéticos dos seus colaboradores são cada vez maiores. Se por um lado existe uma baixa conscientização relativamente a estes canais, por outro verifica-se que um número significativo de colaboradores prefere reportar as suas preocupações externamente, independentemente da existência de um canal ou tratamento interno de eventuais denúncias.

Para mais, o estudo recente da Association of Certified Fraud Exa-

miners confirmou a necessidade de as organizações implementarem mecanismos adequados, dado que 46% dos casos de fraude são identificados através de um canal de ética.

Dados estes desafios, qual a importância e o impacto de implementar um Canal de Ética?

De facto, as organizações têm vindo a verificar a importância em detectar e conseguir dar uma resposta eficaz a potenciais situações irregulares. Antes de, eventualmente, a “preocupação” se tornar pública, é essencial ter a capacidade de poder identificá-la e tratá-la da forma correcta e proporcional.

Para tal é necessário que existam mecanismos disponíveis para que estas situações possam ser reportadas. Assim, o Canal de Ética deve:

- Ser um método eficaz de detecção de potenciais comportamentos não éticos;
- Estar devidamente publicitado e divulgado;
- Garantir a confidencialidade e a não retaliação;
- Permitir o registo e encaminhamento do processo de forma ágil;

● Garantir o anonimato e permitir a comunicação bidirecional.

Coloca-se então a pergunta de quais os melhores meios para promover um Canal ágil.

Se uma linha telefónica ainda surge como um dos meios mais utilizados, as tendências para implementar ferramentas web-based não só se têm vindo a desenvolver como a inovar na forma de reporte. Este fenómeno prende-se com o elevado custo de uma estrutura telefónica e com o acesso cada vez maior à tecnologia. No apoio que a EY dá aos seus clientes, confirma-se esta tendência. Na nossa experiência, verificamos que as empresas preferem ter sempre uma ferramenta que poderá ser, ou não, apoiada por um serviço de call-center. Este sim é o valor essencial para a organização: ter a capacidade de antecipar e responder proactivamente às situações com impacto organizacional, financeiro, legal e reputacional. A EY é o parceiro certo para ajudar na implementação, triagem e investigação em “outsourcing” ou “co-sourcing” deste tipo de ferramentas que se observam em diversos casos de sucesso e na vasta experiência em projectos desta natureza com clientes em vários sectores.

“É um desempenho extremamente fraco, considerando o estímulo proporcionado pelo défice de um bilião de dólares e pelas taxas de juro extremamente baixas.”

# A verdade sobre a economia de Trump



Joseph Stiglitz

aspecto, entre os países desenvolvidos, os EUA estão no final da lista. A esperança de vida nos EUA, já relativamente baixa, caiu nos dois primeiros anos da presidência de Trump e, em 2017, a mortalidade na meia-idade atingiu a taxa mais elevada desde a Segunda Guerra Mundial. Isso não é uma surpresa, porque não houve nenhum presidente que se tenha esforçado tanto para garantir que mais norte-americanos fiquem sem seguro de saúde. Milhões perderam a cobertura do seguro e a taxa de pessoas sem seguro aumentou, em apenas dois anos, de 10,9% para 13,7%.

Um dos motivos da diminuição da esperança de vida nos EUA é o que Anne Case e o economista vencedor do prémio Nobel, Angus Deaton, chamam de “mortes por desespero”, causadas por álcool, ‘overdose’ de drogas e suicídio.

Em 2017 (o ano mais recente para o qual existem dados disponíveis satisfatórios), essas mortes foram quase quatro vezes mais do que em 1999.

A única vez em que vi algo semelhante a estas quedas na saúde – sem contar com as guerras ou epidemias – foi quando fui economista-chefe do Banco Mundial e descobri que os dados de mortalidade e morbidade confirmavam o que os nossos indicadores económicos sugeriam sobre o estado deplorável da economia russa pós-guerra.

Donald Trump pode ser um bom presidente para o 1% que está no topo – e principalmente para o 0,1% que está no topo – mas não foi bom para todos os outros. Se for totalmente implementado, o corte de impostos de 2017 resultará em aumentos de impostos para a maioria das famílias que se encontram no segundo, terceiro e quarto quintos referentes ao rendimento.

Tendo em conta os cortes de impostos que beneficiam desproporcionalmente os ultra-ricos e as empresas, não deveria surpreender que não houvesse nenhuma

mudança significativa no rendimento disponível das famílias de classe média dos EUA entre 2017 e 2018 (novamente, o ano mais recente com dados satisfatórios).

A maior parte do aumento do PIB também vai para os que estão no topo. Os ganhos médios semanais reais estão apenas 2,6% acima do nível de quando Trump tomou posse. E esses aumentos não compensaram os longos períodos de estagnação salarial. Por exemplo, o salário médio de um trabalhador do sexo masculino a tempo inteiro (e os que têm empregos a tempo inteiro são os sortudos) ainda está a mais de 3% abaixo do que estava há 40 anos. Também não houve muitos progressos na redução das disparidades raciais: no terceiro trimestre de 2019, os ganhos médios semanais dos homens negros que trabalhavam a tempo inteiro eram menos de três quartos do nível dos homens brancos.

Para piorar a situação, o crescimento que ocorreu não é ambientalmente sustentável – e ainda menos graças ao ‘esventramento’, por parte do governo Trump, das regulamentações que passaram por rigorosas análises de custo-benefício.

O ar será menos respirável, a água menos potável e o planeta estará mais sujeito às alterações climáticas. De facto, as perdas relacionadas com as alterações climáticas já atingiram novos máximos nos EUA, que sofreram mais danos patrimoniais do que qualquer outro país – atingindo cerca de 1,5% do PIB em 2017.

Era suposto os cortes de impostos estimularem uma nova onda de investimentos. Em vez disso, provocaram um histórico consumo exagerado e frenético nas recompras de acções – cerca de 800 mil milhões de dólares em 2018 – por algumas das empresas mais rentáveis dos EUA, e levaram a um défice recorde em tempos de paz (quase um bilião de dólares no ano fiscal de 2019) num país que supostamente está pró-

ximo do pleno emprego. E mesmo com investimentos fracos, os EUA tiveram de contrair empréstimos consideráveis no exterior: os dados mais recentes mostram empréstimos estrangeiros de quase 500 mil milhões de dólares por ano, com um aumento de mais de 10% na posição de endividamento líquido da América em apenas um ano.

Da mesma forma, as guerras comerciais de Trump, apesar de todo o ruído e fúria, não reduziram o défice comercial dos EUA, que foi um quarto mais elevado em 2018 do que em 2016. O défice de mercadorias em 2018 foi o maior alguma vez registado. Até o défice no comércio com a China aumentou quase um quarto em relação a 2016.

Os EUA obtiveram um novo acordo comercial norte-americano, sem as disposições do acordo de investimento que o grupo empresarial Business Roundtable pretendia, sem as disposições que elevavam os preços dos medicamentos que as empresas farmacêuticas pretendiam e com melhores disposições laborais e ambientais. Trump, um autoprotelado mestre de negociações, perdeu em quase todas as frentes nas negociações com os democratas do Congresso, resultando num acordo comercial ligeiramente melhorado.

E, apesar das promessas alardeadas de Trump de devolver os empregos industriais aos EUA, o aumento no emprego industrial ainda é menor do que na época do seu antecessor, Barack Obama, após a recuperação pós-2008, e ainda está muito abaixo do nível anterior à crise. Até mesmo a taxa de desemprego, com o menor índice em 50 anos, oculta a fragilidade económica.

A taxa de emprego para homens e mulheres em idade activa, apesar da subida, aumentou menos do que durante a recuperação de Obama e ainda está significativamente abaixo da de outros países desenvolvidos. O ritmo de criação de empregos também é notavelmente mais lento do que era sob a presidência de Obama.

Mais uma vez, a baixa taxa de emprego não é uma surpresa, até porque as pessoas não saudáveis não podem trabalhar. Além disso, aqueles que recebem benefícios por incapacidade, na prisão – a taxa de encarceramento nos EUA aumentou mais de seis vezes desde 1970, com cerca de dois milhões de pessoas actualmente atrás das grades – ou por estarem tão desanimados que não procuram emprego de forma activa, não são contabilizados como ‘desempregados’. Mas, claro, eles não estão empregados.

Também não surpreende que um país que não ofereça preços acessíveis no acolhimento de crianças ou garanta licença familiar tenha uma menor taxa de emprego feminino – ajustado pela população, mais de dez pontos percentuais a menos – do que outros países desenvolvidos.

Mesmo a julgar pelo PIB, a economia de Trump fica aquém. O crescimento do último trimestre foi apenas de 2,1%, muito abaixo dos 4%, 5% ou 6% que Trump prometeu apresentar e ainda menos que a média de 2,4% do segundo mandato de Obama. É um desempenho extremamente fraco, considerando o estímulo proporcionado pelo défice de um bilião de dólares e pelas taxas de juro extremamente baixas.

Isto não é uma casualidade ou apenas uma questão de má sorte: a marca de Trump é a incerteza, a volatilidade e a prevaricação, ao passo que a confiança, a estabilidade e a fiabilidade são essenciais para o crescimento. O mesmo acontece com a igualdade, de acordo com o Fundo Monetário Internacional.

Sendo assim, Donald Trump merece reprovar, e não apenas nas ‘disciplinas’ essenciais, como defender a democracia e preservar o nosso planeta. Ele deveria, também, chumbar em economia.

**Prémio Nobel da Economia, professor na Universidade de Columbia (EUA) e economista-chefe do Instituto de Roosevelt.**

Há dois anos, muitos poucos líderes empresariais encontravam-se preocupados com as alterações climáticas ou zangados com a misoginia e intolerância de Donald Trump. A maioria, no entanto, estava a comemorar os cortes do presidente nos impostos a bilionários e corporações e aguardava ansiosamente os seus esforços para desregular a economia. Isso permitiria que as empresas poluissem mais o ar, atraíssem mais norte-americanos para os opiáceos, incentivassem mais crianças a comer alimentos indutores de diabetes e se envolvessem no tipo de manobras ardilosas financeiras que provocaram a crise de 2008.

Hoje, muitos chefes empresariais ainda falam sobre o crescimento contínuo do PIB e os preços históricos das acções. Mas nem o PIB nem o índice Dow Jones são bons avaliadores do desempenho económico. Nenhum diz nada sobre o que está a acontecer com o padrão de vida dos cidadãos comuns, nem nada sobre a sustentabilidade. De facto, o desempenho económico dos EUA nos últimos quatro anos é a Prova A da acusação para não confiar nesses indicadores.

Para se obter uma boa leitura da saúde económica de um país, tem de se começar por analisar a saúde dos seus cidadãos. Se forem felizes e prósperos, serão saudáveis e viverão mais tempo. Neste

# Marcas & Estilos



## AUTOMÓVEL

### Com nova identidade

Na sétima geração, o Série 3 chegou reformulado, com nova identidade e novidades tecnológicas. O modelo da BMW está disponível nas versões 330i Sport e 330i M Sport. A versão 2019 continua 2.0 de 16 válvulas e 258 cavalos, acoplado à transmissão automática de oito velocidades e tracção traseira.

Os freios são ABS, além do assistente de partida, sensor de pressão dos pneus, airbags frontais e laterais. A direcção tem assistência eléctrica, os bancos, revestimento em couro, o sistema multimédia é de 12,3 polegadas e Bluetooth integrados.

## TURISMO

### Vale a pena conhecer

Localizada no Leste da Ásia, a Mongólia faz fronteira, a Norte, com a Rússia e, a Sul, com a China e é muito famosa pela história, sobretudo pelo grande império. A capital, Ulan Bator, comporta 40% da população do país. Pode fazer o 'tour' pela praça central de Sukhbaatar Square, onde uma estátua gigante de Genghis Khan recebe turistas de todo o mundo.

Outra cidade que vale a pena conhecer é Övörkhangay, que possui o parque natural 'Vale de Orkhon', património cultural pela Unesco.

Não deixe de visitar o famoso deserto de Gobi e admirar a planície seca infundável e as aldeias mais antigas, como Dalanzadgad, para conhecer os costumes e a culinária locais. Durante o inverno, alguns locais ficam inacessíveis, porque a neve interdita estradas e as temperaturas baixam para -30 °C. No verão, o clima é seco e pode chegar a 40 °C.



### Estilo e conforto

Tudo devido à paixão pelo artesanato. Cada produto Mees é feito com amor e tornam-se simplesmente únicos. Feito à mão com o melhor couro, esta pasta foi projectada, modelado e fabricado na Holanda, com duas alças e fivelas de cromo, para ajustar-se ao seu estilo e conforto.



### Para todos os momentos

Feito de vidro de alta qualidade e alumínio, a primeira máquina portátil pode tirar fotos com os seus dispositivos a qualquer momento. A lente de câmara dispõe de foco manual com um zoom de até 18 vezes. É mais uns dos raros produtos da Samsung.



### Tempo excepcional

O nome deste relógio foi dado tendo como referência momentos históricos e memoráveis. Esta não é uma excepção: Thomas Thomas Prest foi a primeira pessoa a registar uma patente para o relógio automático da marca '1820 Automatic'.

## LIVROS



**UANHENGA XITU**, num estilo particular, coloca o protagonista de Manana a narrar as acções. E pelos olhos de Felito, traz a construção de diferentes identidades da Luanda colonial antes da luta de libertação.



**MEMÓRIA DE MINHAS PUTAS TRISTES**, conta a história de um velho jornalista de 90 anos que deseja festejar a longa existência de prostitutas, livros e crónicas com uma noite de amor com uma jovem virgem.

## AGENDA

### LUANDA

#### 29 DE JANEIRO

Lançamento do Livro 'O Sapo Azul' de Domingas Monte, na Biblioteca Nacional, às 18h30.

#### 29 DE JANEIRO

Concerto do pianista francês Simon Ghrachy, na Casa das Artes, em Talatona, a partir das 20 horas. Ingressos entre 5.000 e 10.000 kwanzas.

#### 31 DE JANEIRO

6.ª Edição do 'Zwela Spoken Word' organizado por Kwanza Eventos, na Casa Rede, às 19 horas.

#### 14 DE FEVEREIRO

Concerto romântico com Anselmo Ralph, no Twenty Seven, pelas 20 horas. Bilhetes a 45 mil kwanzas.

#### 8 DE FEVEREIRO

Os músicos Nell Jazz, Kark Sumba e Jhon Canga actuaem no 'Missi Ssipi Jazz Concert', no Chá de Caxinde. Ingressos entre 2.500 e 12 mil kwanzas. A partir das 15 horas.

# Educação & Cultura

FILME DEVE ESTREAR-SE EM ABRIL DESTE ANO

## ‘Ar Condicionado’ concorre a dois prémios nos Países Baixos

**CINEMA.** Filme angolano ‘Ar Condicionado’ está a concorrer a dois prémios no principal Festival Internacional de Cinema dos Países Baixos. Realizado por Fradique e produzido pela Geração 80, a longa-metragem deve estreiar-se em Abril deste ano.



NOS COLÉGIOS E UNIVERSIDADES

## PGR proíbe aumentos de propinas

A Procuradoria-Geral da República (PGR) adverte, em comunicado, que a alteração do preço das propinas no ensino superior privado deve ser solicitada ao departamento competente do Ministério da Finanças e só deverá ser aplicada se for devidamente autorizada, sob pena de responsabilização da lei.

De acordo com o documento, em face das denúncias públicas do aumento do valor das propinas nas instituições de ensino privadas, à margem da lei, a PGR, no âmbito da sua competência de fiscalização genérica da legalidade, de defesa dos interesses colectivos e difu-

sos, promoveu um encontro entre as partes intervenientes no processo.

Participaram do encontro representantes das associações Nacional do Ensino Particular (Anep), das Instituições do Ensino Superior Privadas de Angola (Aiespa), do Instituto Nacional de Defesa do Consumidor (Inadec), do Ministério das Finanças, bem como de várias instituições do ensino privadas.

A PGR avança mesmo que, na reunião, ficou claro que o valor das propinas está sujeito ao regime de preços vigiados e que qualquer alteração carece de autorização expressa do Ministério das Finanças.

**E**scrito, produzido e filmado inteiramente em Angola, pelo colectivo Geração 80, o filme ‘Ar Condicionado’ concorre a dois prémios no Festival Internacional de Cinema de Roterdão (IFFR), nos Países Baixos, o ‘Audience Award’ e ‘Fipresci Award’.

O festival decorre em Amesterdão desde o dia 22 deste mês e termina a 2 de Fevereiro. O filme, que se estreou a semana passada, está seleccionado na categoria ‘Bright Future’, que distingue talentos emergentes que trabalham com assuntos originais e estilo individual. Em Angola, a exibição está prevista para Abril.

‘Ar Condicionado’ narra a história de ‘Matacedo’ e ‘Zezinha’, um segurança e uma empregada doméstica, que trabalham no mesmo prédio, no centro de Luanda, onde os aparelhos de ar condicionados começam misteriosamente a cair. Os dois têm a missão de recuperar o aparelho do chefe.

O filme é a primeira longa-metragem de ficção do realizador Fradique e da produtora geração 80.

Com música de Aline Frazão e com a duração de 72 minutos, fazem parte do elenco José Kiteculo, Filomena Manuel, David Caracol, Sacerdote, Tito Spyck e Filipe Pali.

Lúcia de Almeida



### Presença em festivais

Além da Holanda, só este ano, o filme já tem presença assegurada em vários festivais internacionais;

- Até 2 de Fevereiro: Festival Internacional de Cinema de Roterdão, na Holanda;
- De 12 a 21 de Março: Festival Internacional do Mar Vermelho, na Arábia Saudita;
- De 20 a 28 de Março: Festival Internacional de Cinema de Friburgo, na Suíça;
- Internacional Filme Festival de Innsbruck, na Áustria, com data ainda por anunciar.

## NÚMEROS DA SEMANA

50

Milhões de dólares, valor da dívida que o Cofre de Previdência do Pessoal da Polícia Nacional (CPPPN) tem em Ndalatando, Kwanza-Norte.

130

Número de trabalhadores da Sonair que passam a integrar os quadros da TAAG.

50%

É a percentagem que a Sociedade Nacional de Combustíveis de Angola (Sonangol) passou a controlar na Unitel.

2.390

Números de residências disponibilizadas para comercialização na centralidade do Zango 5, em Luanda.

## EMPRESÁRIA VAI AVANÇAR NA JUSTIÇA CONTRA CONSÓRCIO DE JORNALISTAS

# Pirata português assume ter hackeado Isabel dos Santos



**R**ui Pinto, pirata informático português, que está a ser julgado em Lisboa por 90 crimes, 68 dos quais de “acesso indevido” à informação, reivindica a invasão informática de que foi vítima a empresária Isabel dos Santos.

Face à mediatização do caso ‘Luanda Leaks’, em que a filha do ex-Presidente da República é tomada

milhões de dólares, o advogado do pirata quer fazer crer que o seu constituinte não é um “criminoso, mas um denunciante”.

Em comunicado, o advogado William Bourdain, de origem francesa, considera Rui Pinto como o “Edward Snowden da corrupção internacional”, sendo que, ao contrário da cadeia, defende, “deveria ser protegido”.

“Graças ao nosso cliente, os cidadãos portugueses e o mundo têm acesso à verdade de um extraordinário sistema de predação e corrupção,

gravemente prejudicial para Portugal, Angola e outros países”, observa o advogado no comunicado distribuído à imprensa, no qual explica que as informações vazadas estavam contidas num ‘disco rígido’ da empresária.

Apesar de o caso ‘Luanda Leaks’ não ter nada que ver com o processo que leva o jovem pirata a julgamento em Portugal, a revelação de ter sido ele o responsável das denúncias contra a Isabel dos Santos está a gerar várias reacções a favor do hacker.

O director do Consórcio Internacional de Jornalistas Investigativos (ICIJ), Gerard Ryle, sublinha que os documentos “vieram de um cidadão preocupado”, e que fez, na sua perspectiva, o que achou estar “certo em nome do público”.

A agência portuguesa Lusa noticiava, entretanto, segunda-feira, 27, que a empresária Isabel dos Santos decidiu avançar com acções na justiça contra o Consórcio Internacional de Jornalistas, reafirmando a origem lícita dos investimentos que fez em Portugal.

## Parceiros da Endiama não pagam impostos há 10 anos

O presidente do conselho de administração (PCA) da Endiama, Ganga Júnior, denunciou a existência de parceiros da empresa que dirige, que estão há 10 anos sem pagar impostos ao Estado.

Sem revelar nomes e números, o gestor aconselhou as empresas nessa condição a cumprirem com as obrigações sob pena de serem responsabilizadas administrativa e criminalmente.

Além da fuga ao fisco, segundo Ganga Júnior, as empresas não têm ajudado no desenvolvimento ambiental e socio-económico das comunidades em que estão instaladas, ou seja, não investem na rubrica da responsabilidade social. O PCA da Endiama fez essas declarações, no sábado, 25, na capital da Luanda Norte, Dundo, durante uma visita a Catoca.

